MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 19:758

Considerando que pelo decreto n.º 15:465, de 14 de Maio de 1928, foi determinado que o preâmbulo do Orçamento Geral do Estado abrangesse um certo número de mapas sintéticos, alguns dos quais respeitam às autarquias locais do continente e ilhas adjacentes;

Considerando porém que a maior parte daqueles organismos só muito tardiamente têm remetido à estação competente os elementos necessários à organização dos referidos mapas, o que tem dado causa a retardar-se a publicação do volume geral do Orçamento, com prejuízo dos serviços do Estado;

Considerando portanto que é indispensável fixar um prazo para a remessa daqueles elementos, sob sanções eficazes;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As juntas gerais e as câmaras municipais do continente e ilhas adjacentes enviarão à Direcção Geral da Contabilidade Pública um mapa do modelo adoptado pela mesma Direcção Geral, devidamente preenchido com os elementos necessários à organização dos mapas n.ºs 6 e 7 de que trata o artigo 8.º do decreto n.º 15:465, de 14 de Maio de 1928.

§ único. O mapa a que se refere este artigo será feito em duplicado, devendo a sua remessa à Direcção Geral da Contabilidade Pública efectuar-se até o dia 5 de Julho de cada ano para as referidas autarquias do continente da República e até o dia 20 de Julho para as das ilhas adjacentes.

Art. 2.º Desde 1 de Julho de cada ano os chefes das repartições de finanças só promoverão a entrega dos rendimentos pertencentes às juntas gerais e às câmaras municipais, quando arrecadados pelos tesoureiros da Fazenda Pública, depois de lhes ter sido apresentado o duplicado do referido mapa com a declaração, escrita pela 1.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, de ter o mesmo sido entregue devidamente preenchido.

§ único. Aquêles dos citados organismos que procedem directamente à cobrança de todas as suas receitas, e não enviem no prazo fixado no § único do artigo 1.º d'este decreto o mapa de que se trata, pagarão uma multa de 5.000\$ a 20.000\$, podendo além disso o Governo decretar que a cobrança do produto das percentagens por eles lançadas sobre as contribuições directas do Estado passe a realizar-se por intermédio da tesouraria da Fazenda Pública do correspondente concelho.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêles se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 20 de Maio de 1931. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira — António Lopes Mateus — José de Almeida Eusébio — António de Oliveira Salazar — Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo — Luis António de Magalhães Correia — João Antunes Guimarães — Armindo Rodrigues Monteiro — Gustavo Cordeiro Ramos — Henrique Linhares de Lima.

Modelo do mapa a que se refere o artigo 1.º do decreto n.º 19:758, de 20 de Maio de 1931

Distrito d...

(a) ...

Orçamento aprovado para o ano económico de 1931-1932:

Receitas:

Receitas gerais	...\$...
Receitas provenientes de empréstimos	...\$...
<i>Soma</i>	...\$...

Despesas \$...

Produto das percentagens lançadas sobre as contribuições do Estado, inscrito no orçamento acima mencionado:

Sobre a contribuição industrial (... por cento)	\$...
Sobre a contribuição predial (... por cento)	\$...
Sobre o imposto profissional (... por cento)	\$...

Empréstimos realizados (b):

Estabelecimento de crédito em que foram realizados ...

Dívida em 30 de Junho de 1931 \$...

Encargos a satisfazer no ano económico de 1931-1932	Juros (c)	\$...
	Amortização (c)	\$...

O Presidente (d)

(a) Câmara municipal ou junta geral.

(b) Quando houver empréstimos contraídos em mais de um estabelecimento de crédito, fazer no verso a discriminação das respectivas dívidas e encargos (em juros e amortização).

(c) As juntas gerais e as câmaras municipais deverão solicitar das entidades onde contraíram os empréstimos que lhes seja enviada uma tabela da respectiva amortização.

(d) Da comissão administrativa ou da junta geral.

Direcção Geral da Contabilidade Pública, 20 de Maio de 1931. — O Director Geral, António José Malheiro.

2.ª Repartição

Decreto n.º 19:759

Considerando que se torna necessário reforçar com mais 2:000.000\$ a verba de 2:500.000\$ inscrita no capítulo 11.º, artigo 157.º, n.º 3), do orçamento do Ministério das Finanças em vigor no ano económico de 1930-1931, sob a rubrica «Diversos serviços — Despesas com as comissões de serviço de inspecção e avaliação de prédios (artigos 18.º e 19.º do decreto n.º 9:040, de 9 de Agosto de 1923)»;

Considerando que igual quantia pode ser anulada na verba de 74:000.000\$ inscrita no capítulo 1.º, artigo 12.º, n.º 1), do aludido orçamento, sob a rubrica «Encargos da dívida pública — Dívida flutuante — Encargos de juros da dívida flutuante»;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto

n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reforçada com a quantia de 2:000.000\$ a verba de 2:500.000\$ inscrita no capítulo 11.º «Serviço de contribuições», artigo 157.º, n.º 3), do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1930-1931, sob a rubrica «Diversos serviços — Despesas com as comissões de serviço de inspecção e avaliação de prédios (artigos 18.º e 19.º do decreto n.º 9:040, de 9 de Agosto de 1923)».

Art. 2.º É anulada a quantia de 2:000.000\$ na verba de 74:000.000\$ inscrita no capítulo 1.º, artigo 12.º, n.º 1), do orçamento do Ministério das Finanças do ano económico de 1930-1931.

Art. 3.º Considera-se devidamente liquidada na sua totalidade a verba reforçada pelo artigo 1.º do presente decreto, podendo a 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública autorizar de sua conta, oportunamente, as respectivas despesas, quer efectuadas quer a efectuar.

Art. 4.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 11 de Maio de 1931. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *José de Almeida Eusébio* — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações

Por ordem superior se faz público que, segundo comunica o secretário geral da Sociedade das Nações, a Pérsia ratificou o Estatuto do Tribunal Permanente de Justiça Internacional, anexo ao Protocolo de assinatura feito em Genebra em 16 de Dezembro de 1920, o Protocolo relativo à revisão do Estatuto do Tribunal Permanente de Justiça Internacional, feito em Genebra em 14 de Setembro de 1929, e o Protocolo relativo à adesão dos Estados Unidos da América ao Protocolo de assinatura do Estatuto do Tribunal Permanente de Justiça Internacional, feito em Genebra em 14 de Setembro de 1929.

O instrumento de ratificação respectivo foi depositado no Secretariado da Sociedade das Nações em 25 de Abril de 1931.

Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, 16 de Maio de 1931.—Pelo Director Geral, *F. de Calheiros e Meneses*.

Por ordem superior se faz público que, segundo informa o secretário geral da Sociedade das Nações, a França ratificou a disposição facultativa prevista no Protocolo de assinatura relativo ao Estatuto do Tribunal Permanente de Justiça Internacional de 16 de Dezembro de 1920.

O respectivo instrumento de ratificação foi depositado

no Secretariado da Sociedade das Nações em 25 de Abril último.

Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, 19 de Maio de 1931.—Pelo Director Geral, *F. de Calheiros e Meneses*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PUBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes

Decreto n.º 19:760

De há muito se impunha a remodelação do ensino das artes plásticas em Portugal.

Regiam-se as Escolas de Belas Artes por um diploma que hoje não corresponde à concepção geral de tam importante ramo de ensino.

Julgou o Governo por isso azado o momento para estabelecer o presente decreto-lei por forma adequada às disposições que se lhe afiguram mais em harmonia com as tendências geralmente manifestadas neste campo.

Sendo a criação artística uma forma de actividade criadora, especificamente distinta de qualquer outra, faz-se sentir sempre neste domínio da estética de maneira predominante o factor puramente individual.

O que o artista exprime na sua obra de arte é sempre uma concepção inteiramente pessoal da realidade e das suas manifestações sensíveis.

E tanto assim que todo o verdadeiro artista tem a sua forma, o seu estilo, a sua própria linguagem, as suas melodias e harmonias próprias e no domínio das artes plásticas aquilo a que se chama o «cunho do artista».

Visa por isso a organização das Escolas de Belas Artes que ora se põe em vigor a estimular quanto possível o desenvolvimento desta actividade criadora individualizada.

Após um curso especial para cada uma das artes, em que se ministrarão os conhecimentos indispensáveis à cultura geral do aluno e os rudimentos da arte que lhe interessa praticar, segue-se-lhe um curso superior onde as tendências individuais de cada aluno, futuro artista, terão oportunidade de manifestar-se de forma cabal pela multiplicidade de concursos de emulação, forma mais adequada ao desenvolvimento da sua personalidade.

Sobre três pontos capitais incide, principalmente, a presente reforma: as condições de admissão às escolas, a organização dos diferentes cursos especiais e a constituição dos correspondentes cursos superiores.

Em vez do curso preparatório geral, em que o aluno ingressasse sem as mais elementares noções de arte, estabeleceu-se um exame de admissão à escola, verdadeiro concurso — fácil, é certo, mas no qual só possa triunfar quem possua uma certa preparação geral e sobretudo artística. Por esse meio se realizará, como importa, uma selecção mais segura dos indivíduos dotados de temperamento artístico, isto é, daqueles que com mais fortes probabilidades de seguro aproveitamento possam ser admitidos à frequência das Escolas de Belas Artes. Dada a natureza especial do ensino artístico, o programa do exame de admissão deve ser elaborado de modo que os candidatos mostrem possuir a preparação conveniente para o estudo proficuo das matérias ensinadas nos cursos especiais daquelas escolas, sem que, no entanto, se obriguem os concorrentes a prestar provas em matérias nas quais porventura tenham já alcançado aprovação noutras escolas sempre que, em face dos respectivos programas, se reconheça que tal resultado é garantia de suficiente preparação para a frequência dos cursos especiais artísticos.